

Ratinho Jr. desiste de concorrer à Presidência da República

Decisão foi motivada pela ameaça de Moro na sucessão paranaense

Paulo Pinto/Agência Brasil

Por Rudolfo Lago

Caso se confirmem as informações iniciais, a passagem de Carlos Roberto Massa Júnior, conhecido como Ratinho Jr., pode ter sido ao mesmo tempo intensa e fugaz. Aos 44 anos, Ratinho anunciou na tarde desta segunda-feira (23) que desistiu de concorrer à Presidência da República. Em uma carta em que comunicou a decisão, o governador afirma que concluirá o seu mandato no Paraná e não se candidatará a nenhum cargo eletivo. Afirmou que, entre outras questões, cede a pressões familiares. E que poderá voltar à vida privada, administrando as empresas de seu pai, o apresentador de TV Carlos Massa, ou Ratinho, que também teve uma rápida passagem pela política como deputado federal.

Ratinho Jr. era um dos três nomes que o comandante do PSD, Gilberto Kassab, reservava para concorrer à Presidência da República pelo partido. Além dele, estavam no páreo o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que deixou o União Brasil e filiou-se ao PSD com esse propósito. A intenção de Kassab era anunciar até o final do mês qual dos três seria o candidato. E o critério seria



Ratinho Jr. ficará no governo e não disputará eleições

o desempenho eleitoral até lá. A verdade é que nenhum dos três destacou-se muito. Mas, ainda assim, o nome que mais prevalecia era o de Ratinho Jr.

Caiado ou Zema

Com a desistência, parece crescer nos bastidores a chance de Ronaldo Caiado, que sempre pareceu demonstrar maior disposição para a tentativa. Caiado chegou a ser lançado no ano passado pré-candidato à Presidência pelo União Brasil, seu antigo par-

tido. Percebendo, porém, que o União, que deve ter sua federação com o Progressistas aprovada esta semana pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não se entusiasmava com a candidatura, resolveu migrar para o PSD.

Mas, para além de Caiado e Leite, cogita-se uma outra possibilidade. O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, poderia trocar o partido Novo pelo PSD para ser o candidato à Presidência ou ser vice da opção do PSD. Zema renunciou ao cargo de go-

vernador no domingo (22).

“Ratinho está convicto que deve manter o compromisso selado com os paranaenses nas eleições de 2018 e não pode interromper o projeto que tem garantido o ciclo de crescimento econômico do Paraná”, diz a nota que comunica a desistência.

No final da tarde, o comandante do PSD, Gilberto Kassab, divulgou nota em que refirma a decisão de ter candidato próprio à Presidência:

“O PSD se mantém firme em

sua decisão de apresentar aos brasileiros uma candidatura a presidente da República, que com certeza será a “melhor via”, contrapondo-se a essa polarização de propostas radicais que em nada contribuem para o que o Brasil precisa”.

E coloca como nomes Leite e Caiado: “Eduardo Leite e Ronaldo Caiado são governadores muito bem avaliados, com inúmeras realizações ao longo de suas vidas públicas”. E completa: “A escolha, como afirmado anteriormente, deve ocorrer até o fim deste mês de março”.

Moro

Nos bastidores, porém, as informações são de que a desistência de Ratinho Jr. deve-se à disputa política no Paraná. Adversário do senador Sergio Moro (União Brasil), Ratinho quer evitar o risco de que ele, que lidera as pesquisas no estado, seja eleito. Moro negocia sua filiação ao PL. Ratinho não pode concorrer à reeleição, pois está no seu segundo mandato. Permaneceria, assim, no governo para influir na sua sucessão.

Essa situação pode acabar afastando ainda mais o PSD do PL num eventual apoio à candidatura do senador Flávio Bolsonaro (RJ) à Presidência.

PGR apoia domiciliar a Bolsonaro

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Beatriz Matos

A manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), enviada nesta segunda-feira (23) ao Supremo Tribunal Federal (STF), abriu um novo capítulo no cumprimento de pena do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

No parecer, o procurador-geral, Paulo Gonet, defende a concessão de prisão domiciliar humanitária, com base no quadro clínico apresentado após a internação do ex-presidente em Brasília. A decisão final caberá ao ministro Alexandre de Moraes.

Hospitalizado

Bolsonaro está hospitalizado desde o dia 13 de março, após apresentar um quadro súbito de mal-estar que levou ao diagnóstico de broncopneumonia bacteriana associada a complicações renais.

Segundo os médicos, a condição exige monitoramento contínuo e resposta rápida a eventuais

intercorrências, um dos principais argumentos usados pela defesa para pedir a domiciliar.

No documento enviado ao STF, a PGR sustenta que o estado clínico do ex-presidente impõe uma flexibilização excepcional do regime.

O parecer afirma que há “necessidade da prisão domiciliar, ensejadora dos cuidados indispensáveis ao monitoramento, em tempo integral, do estado de saúde”.

“Ambiente familiar”

A avaliação do Ministério Público Federal (MPF) também destaca que o ambiente prisional não oferece as condições adequadas para garantir o acompanhamento exigido. Segundo Gonet, está demonstrado que o quadro demanda atenção constante que “o ambiente familiar, mas não o sistema prisional em vigor, está apto para propiciar” para preservar a integridade física e moral de pessoas

sob sua custódia, sobretudo diante de riscos considerados imprevisíveis e de evolução rápida.

O parecer da PGR não tem efeito vinculante, mas aumenta a pressão e a expectativa nos bastidores do STF de que Moraes autorize a mudança de regime. A defesa já havia apresentado novo pedido no último dia 17, após a piora do quadro de saúde, e aguarda agora a análise do ministro.

Enquanto isso, Bolsonaro apresentou melhora clínica e deixou a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) nesta segunda-feira (23), sendo transferido para um leito comum. Apesar da evolução, não há previsão de alta hospitalar, o que mantém o debate sobre as condições de cumprimento da pena em aberto.

Condenado a 27 anos e três meses de prisão por crimes como tentativa de golpe de Estado e organização criminosa, o ex-presidente cumpre pena em regime fechado desde novembro de 2025.



Para Gonet, estado de saúde justifica a prisão domiciliar